



FL 01

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO: PROJETO DO LBI Nº 28/97.

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

ASSUNTO: AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO CELEBRAR CONVÊNIO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA CAMPO/CIDNOS-LEITE.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 029/97.

IBIÚNA, 28 DE ABRIL DE 1997.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 28/97
Recebido em 28 de 04 de 19 97
Prazo vence em de de 19
Recebido por

SENHOR PRESIDENTE:

LEIA-SE EM SESSÃO

CÓPIAS AO B.O.

A COMISSÃO

Em 28/04/97

A presente proposição, sob o nº 029, desta data, de nossa autoria, tem por finalidade autorizar o Executivo Municipal a celebrar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento objetivando a conjugação de esforços entre os partícipes, para a execução do Programa Campo/Cidade-Leite, no Município de Ibiúna, para distribuição gratuita de leite para crianças de 06 (seis) meses até 06 (seis) anos de idade, obedecendo as regras de prioridade e preferências estabelecidas nos Programas Campo/Cidade-Leite, nos termos da minuta anexa ao projeto e que passará a fazer parte integrante da lei, pois alí estão estabelecidos todo os deveres e obrigações decorrentes da assinatura do citado convênio.

As obrigações comuns, decorrentes da assinatura do convênio, estão contidas na cláusula segunda, inciso I, da minuta do convênio a ser assinado entre o Município e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Já as obrigações da Secretaria, especificamente, estão contidas no inciso II da cláusula segunda da minuta anexa ao presente projeto.

As obrigações específicas do Município estão constituídas no inciso III da cláusula segunda da mencionada proposição.

Secretaria Administrativa
Recebido: 28/04/1997

17.000





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

-02-

PROJETO DE LEI Nº 039
DE 28 DE ABRIL DE 1997.

APROVADO

Por tratar-se de proposição que visa o atendimento da população menos favorecidas pela sorte do Município, solicitamos que a mesma venha a ser deliberada ao prazo máximo de que trata o § 1º do artigo 45, da Lei Orgânica do Município de Ibiúna.

Reiteramos a Vossa Excelência, na oportunidade, nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JONAS DE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

AO
EXMO. SR.
JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA,
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA.
NESTA.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

DE IBIÚNA, AOS 28 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 1997.

JONAS DE CAMPOS
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

28/97
PROJETO DE LEI Nº 029.
DE 28 DE ABRIL DE 1997.

APROVADO

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

de 04 de 19 97

PRESIDENTE

1.º SECRETÁRIO

“Autoriza o Chefe do Executivo celebrar Convênio através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, objetivando a execução do Programa Campo/Cidade-Leite”.

JONAS DE CAMPOS, Prefeito Municipal de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei;

ARTIGO 1º.- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento objetivando a conjugação de esforços entre os partícipes, para a execução do Programa Campo/Cidade-Leite, no Município de Ibiúna, mediante a distribuição gratuita de Leite para crianças de 06 (seis) meses ate 06 (seis) anos de idade, com observância das regras de prioridades e preferências estabelecidas nos Programas Campo/Cidade-Leite, nos termos da minuta anexa que passa fazer parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

ARTIGO 3º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DE IBIÚNA, AOS 28 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 1997.

JONAS DE CAMPOS
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO

a que se refere o artigo 5º, parágrafo único do Decreto nº 41.612, de 07 de março de 1997.

Termo de Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através da secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Município de Ibiúna objetivando a execução do Programa Campo/Cidade/Leite.

Aos dias de de 199 , o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento neste ato representada pelo seu titular devidamente autorizado nos termos do Decreto nº 41.612, de 07 de março de 1997, doravante denominado SECRETARIA, e o Município de aqui representado pelo Prefeito Municipal , devidamente autorizado pela Lei Municipal nº , de de 199 , ora designado simplesmente MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Convênio para os fins e mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O presente Convênio tem por objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes, para a execução do Programa Campo/Cidade-Leite, no Município de , mediante a distribuição de gratuita de leite para criança de 6 (seis) meses até 6 (seis) anos de idade, com observância das regras de prioridade e preferência estabelecidas nos Programa Campo/Cidade-Leite .

CLÁUSULA SEGUNDA

Das Obrigações

I - Constituem obrigações comuns:

- a)- colocar, acompanhar, supervisionar, avaliar e divulgar o andamento ou os resultados dos trabalhos nele previstos;
- b)- fazer menção ao presente Convênio sempre que for divulgado o andamento e os resultados dos trabalhos nele previstos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

c)- assegurar o cumprimento dos termos e disposições do Decreto nº 41.612, de 7 de março de 1997, e das normas estabelecidas por Resolução da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

d)- assegurar o cumprimento dos termos e disposições legais em vigor, atinentes à espécie, notadamente a Lei Estadual nº 6.544-89 e Lei Federal nº 8.883-94;

e)- participar da Comissão Municipal responsável pela execução do Convênio, composta de 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - constituem obrigações da SECRETARIA

a)- entregar ao Município, através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, diariamente, a quota de “ ” litros de leite, perfazendo o total mensal de “ ” litros de leite;

b)- proceder a supervisão e a fiscalização, através da Coordenadoria de Abastecimento, do fornecimento do leite ao MUNICÍPIO, conforme os termos deste Convênio e o contrato, assinado entre a SECRETARIA e a empresa fornecedora do produto;

c)- proceder a avaliações periódicas do Convênio.

III - constituem obrigações do MUNICÍPIO:

a)- realizar o cadastramento das crianças a serem beneficiadas pelo Programa Campo/Cidade-Leite, residentes no território municipal, que preencham as condições estabelecidas no Decreto nº , e na Resolução nº ;

b)- efetuar o controle mensal das crianças beneficiárias, atualizando o cadastro quanto ao rendimento familiar e a idade das crianças e zelando pela destinação do reforço nutricional;

c)- definir o Órgão do Município que responderá pelo programa, indicar, por escrito o seu responsável e os locais adequados a a sua instalação e funcionamento;

d)- distribuir a quota de litros de leite recebido para as crianças cadastradas, obedecendo as regras de prioridades e preferências estabelecidas no Programa Camo/Cidade-Leite fixadas no Decreto nº 41.612, de 7 de março de 1997.;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

- e)- permitir a verificação, pela SECRETARIA, de toda a operação de distribuição, bem como das fichas cadastrais e documentos comprobatórios;
- f)- afixar, nos locais de cadastramento e distribuição, a lista dos beneficiados, os critérios e horários estabelecidos para a entrega de leite;
- g)- apresentar relatório mensal sobre o desenvolvimento do Programa, conforme modelo instituído pela Coordenadoria de Abastecimento da Agricultura e Abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da denuncia e da rescisão

O presente Convênio poderá ser denunciado por desinteresse consensual ou unilateral, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, bem como rescindido por descumprimento das obrigações assumidas ou por infração legal.

CLAUSULA QUARTA

Do Valor

O valor do presente Convênio corresponde às despesas ordinárias alocadas no orçamento - programa de cada partícipe, atinentes a gastos com pessoal e material de consumo.

CLÁUSULA QUINTA

Da Vigência

O prazo de vigência deste Convênio é de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, prorrogável, mediante aditamentos, por períodos iguais e sucessivos, até 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA

Do Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo para dirimir as dúvidas decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO

908

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Convênio, em 2 duas vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

- 1 - _____
Nome _____
R. G. _____
- 2 - _____
Nome _____
R. G. _____

SEÇÃO:

Assinada, de 20 páginas, contém 42 linhas e 427 caracteres.

1	Carta, 1911, 1912
2	Carta, 1913, 1914
3	Carta, 1915, 1916
4	Carta, 1917, 1918
5	Carta, 1919, 1920
6	Carta, 1921, 1922
7	Carta, 1923, 1924
8	Carta, 1925, 1926
9	Carta, 1927, 1928
10	Carta, 1929, 1930
11	Carta, 1931, 1932
12	Carta, 1933, 1934
13	Carta, 1935, 1936
14	Carta, 1937, 1938
15	Carta, 1939, 1940
16	Carta, 1941, 1942
17	Carta, 1943, 1944
18	Carta, 1945, 1946
19	Carta, 1947, 1948
20	Carta, 1949, 1950
21	Carta, 1951, 1952
22	Carta, 1953, 1954
23	Carta, 1955, 1956
24	Carta, 1957, 1958
25	Carta, 1959, 1960
26	Carta, 1961, 1962
27	Carta, 1963, 1964
28	Carta, 1965, 1966
29	Carta, 1967, 1968
30	Carta, 1969, 1970
31	Carta, 1971, 1972
32	Carta, 1973, 1974
33	Carta, 1975, 1976
34	Carta, 1977, 1978
35	Carta, 1979, 1980
36	Carta, 1981, 1982
37	Carta, 1983, 1984
38	Carta, 1985, 1986
39	Carta, 1987, 1988
40	Carta, 1989, 1990
41	Carta, 1991, 1992
42	Carta, 1993, 1994

8



Diário Oficial

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 107 • Número 46 • São Paulo • Sábado, 8 de Março de 1997

PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR MÁRIO COVAS

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 845-3344



DECRETOS

DECRETO Nº 41.612, DE 7 DE MARÇO DE 1997

Estabelece novas diretrizes para a execução do Programa Campo/Cidade-Leite e dá providências correlatas

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º - O Programa Campo/Cidade-Leite instituído pelo Decreto nº 40.036, de 5 de abril de 1995, passa a reger-se por este decreto.

Artigo 2.º - O Programa Campo/Cidade-Leite é destinado ao atendimento de crianças de 6 (seis) meses até 6 (seis) anos de idade, com distribuição gratuita de leite.

Artigo 3.º - Serão beneficiadas com o Programa Campo/Cidade-Leite as crianças com renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos.

Artigo 4.º - Terá prioridade no atendimento as crianças de 6 (seis) a 23 (vinte e três) meses de idade.

Artigo 5.º - Serão atendidas preferencialmente as famílias cujo chefe de família for desempregado e aquelas cuja mãe for o arimo de família.

Artigo 6.º - Fica constituída a Comissão Estadual do Programa Campo/Cidade-Leite, com atribuição de estabelecer metas e critérios para a execução do Programa, bem como avaliar periodicamente os resultados.

Artigo 7.º - A Comissão Estadual será composta por 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos:

1.ª - Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

2.ª - Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social;

3.ª - Secretaria da Saúde;

4.ª - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho;

5.ª - Secretaria do Governo e Gestão Estratégica;

6.ª - Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

Artigo 8.º - A Comissão Estadual será presidida pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento e reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses.

Artigo 9.º - O Programa Campo/Cidade-Leite será coordenado pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, podendo ser executado com a participação de outros órgãos e entidades da sociedade civil.

Artigo 10.º - Para participação de Municípios no Programa Campo/Cidade-Leite, serão celebrados convênios entre os mesmos e o Estado de São Paulo através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Artigo 11.º - A apresentação pelo Município e aprovação pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Plano de Trabalho;

Artigo 12.º - O atendimento pelo Município do disposto no artigo 8.º do Decreto nº 40.036, de 5 de abril de 1995;

Artigo 13.º - Observância pelos participantes das exigências legais, atinentes à saúde, em especial a Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 e a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1996, com as alterações da Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

Parágrafo único - O Secretário de Agricultura e Abastecimento fica autorizado a celebrar convênios, segundo modelo em anexo, com os Municípios do Estado de São Paulo, para execução do Programa Campo/Cidade-Leite.

Artigo 14.º - Para a supervisão da execução do convênio de que trata o artigo anterior, deverão ser formadas comissões municipais nas cidades, e do menor número do Estado de São Paulo, tendo a seguinte composição:

1.ª - 1 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

2.ª - 1 (um) representante da Prefeitura Municipal;

3.ª - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - As comissões municipais apresentarão seus pareceres, sugestões e propostas à Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e à Prefeitura Municipal.

SEÇÃO I

Esta edição, de 56 páginas, contém os atos normativos e de interesse geral.

Civil	—	Ciência, Tecnologia e	—
Governo e Gestão Estratégica	5	Desenvolvimento Econômico	20
Segurança e Planejamento	6	Esportes e Turismo	20
Segurança e Defesa da Cidadania	6	Habitação	21
Segurança Família	6	Meio Ambiente	21
Segurança Social	6	Procuradoria Geral do Estado	21
Segurança e Relações	6	Transportes Metropolitanos	—
Segurança do Trabalho	6	Recursos Hídricos	—
Segurança Pública	6	Saneamento e Obras	21
Administração Penitenciária	7	Universidade de São Paulo	21
Justiça	11	Universidade	—
Agricultura e Abastecimento	15	Estadual de Campinas	22
Alimentação	15	Universidade Estadual Paulista	22
Indústria	17	Ministério Público	24
Educação	—	Editoriais	30
Transportes	19	Mídia Eletrônica	32
Administração e Modernização	19	Concursos	33
Serviço Público	19	Diário dos Municípios	51
Cultura	20	Partidos Políticos	—
		Ministérios e Órgãos Federais	—

Artigo 7.º - Para fins de participação na execução do Programa Campo/Cidade-Leite, as entidades da sociedade civil interessadas deverão credenciar-se na Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento mediante a apresentação de documentos que comprovem sua natureza social e finalidade não lucrativa.

Artigo 8.º - Serão estabelecidas pelo Secretário de Agricultura e Abastecimento, por meio de propostas da Comissão Estadual:

I - as normas regulamentadoras do Programa Campo/Cidade-Leite;

II - as regras de credenciamento e de participação de entidades da sociedade civil na execução do Programa Campo/Cidade-Leite.

Artigo 9.º - Ficam mantidos os credenciamentos de entidades comunitárias para participação na execução do Programa Campo/Cidade-Leite, efetuados sob a égide do Decreto nº 40.036, de 5 de abril de 1995, até o estabelecimento das novas regras previstas no inciso II do artigo 8.º.

Artigo 10.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 40.036, de 5 de abril de 1995.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de março de 1997

MÁRIO COVAS

Francisco Graziano Neto

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Rafael M. M. M. M.

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 7 de março de 1997.

MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO
a que se refere o artigo 5.º, parágrafo único do Decreto nº 41.612, de 7 de março de 1997

Termo de Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e o Município de _____, objetivando a execução do Programa Campo/Cidade-Leite.

Foi em _____ de _____ de 1997, o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, neste ato representado pelo Sr. _____, devidamente autorizado, nos termos do Decreto nº 41.612, de 7 de março de 1997, doravante denominada SECRETARIA, e o Município de _____, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº _____, de _____ de 1997, ora designado simplesmente MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente Convênio para os fins e mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMÉIRA
Do Objeto
O presente Convênio tem por objetivo a conjugação de esforços entre os participantes, para a execução do Programa Campo/Cidade-Leite, no Município de _____, mediante a distribuição gratuita de leite para crianças de 6 (seis) meses até 6 (seis) anos de idade, com observância das regras de prioridade e preferência estabelecidas no Programa Campo/Cidade-Leite.

CLÁUSULA SEGUNDA
Das Obrigações
I - constituem obrigações comuns:

a) colaborar, acompanhar, supervisionar, avaliar e divulgar a implantação e o desenvolvimento das ações decorrentes do presente Convênio;

b) fazer menção ao presente Convênio sempre que for divulgado o andamento dos resultados dos trabalhos nele previstos;

c) assegurar o cumprimento dos termos e disposições do Decreto nº _____, de _____ de 1997, e das normas estabelecidas por Resolução do Secretário de Agricultura e Abastecimento;

d) assegurar o cumprimento dos termos e disposições legais em vigor, atinentes à espécie, notadamente, a Lei Estadual nº 6.544-89 e a Lei Federal nº 8.666-93, alterada pela Lei Federal nº 8.883-94;

e) participar da Comissão Municipal responsável pela execução do Convênio, composta de 1 (um) representante de cada participante e 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - constituem obrigações da SECRETARIA:

a) entregar ao Município, através de empresa contratada como fornecedora do produto na região, diariamente, a quota de _____ litros de leite, pertencendo o total mensal de _____ litros de leite;

b) proceder à supervisão e à fiscalização, através da Coordenadoria de Abastecimento, do fornecimento do leite ao MUNICÍPIO, conforme os termos deste Convênio e o contrato, assinado entre a SECRETARIA e a empresa fornecedora do produto;

c) prestar as avaliações periódicas do Convênio;

III - constituem obrigações do MUNICÍPIO:

a) realizar o cadastramento das crianças a serem beneficiadas pelo Programa Campo/Cidade-Leite, residentes no território municipal, que preencham as condições estabelecidas no Decreto nº _____, de _____ de 1997 e na Resolução nº _____;

b) efetuar o controle mensal das crianças beneficiárias, atualizando o cadastro quanto ao rendimento familiar e à idade das crianças e zelando pela destinação do reforço nutricional;

c) definir o órgão do Município que responderá pelo Programa, indicar, por escrito, o seu responsável e os locais adequados para a sua instalação e funcionamento;

d) distribuir a quota de litros de leite recebida para as crianças cadastradas, obedecendo as regras de prioridade e preferências estabelecidas no Programa Campo/Cidade-Leite fixadas no Decreto nº _____, de _____ de 1997;

e) permitir a verificação, pela SECRETARIA, de toda a operação de distribuição, bem como das listas cadastrais e documentos comprobatórios;

f) alistar, nos locais de cadastramento e distribuição, a lista dos beneficiários, os critérios e horários estabelecidos para a entrega do leite;

g) apresentar relatório mensal sobre o desenvolvimento do Programa, conforme modelo instituído pela Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Denúncia e da Rescisão

O presente Convênio poderá ser denunciado por desinteresse consensual ou unilateral, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, bem como rescindido por descumprimento das obrigações assumidas ou por infração legal.

CLÁUSULA QUARTA

Do Valor

O valor do presente Convênio corresponde às despesas ordinárias alocadas no orçamento-programa de cada participante, atinentes a gastos com pessoal e material de consumo.

CLÁUSULA QUINTA

Da Vigência

O prazo de vigência deste Convênio é de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, prorrogável, mediante aditamentos, por períodos iguais e sucessivos, até 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA SEXTA

Do Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo para dirimir as dúvidas decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, os participantes assinam o presente Convênio em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo.

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

1. _____

Nome _____

R.G. _____

2. _____

Nome _____

R.G. _____

DECRETO Nº 41.613, DE 7 DE MARÇO DE 1997

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, visando ao atendimento de Despesas de Pessoal do Programa de Ensino Hospitalar

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º - Fica aberto um crédito de R\$ 3.192.667,00 (Três milhões, cento e noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais), suplementar ao orçamento da Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP, observando-se as classificações Institucionais, Econômica e Funcional-Programática, conforme a Tabela 1 em anexo.

Artigo 2.º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3 em anexo.

Artigo 3.º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 5.º, do Decreto nº 41.539, de 3 de janeiro de 1997, de conformidade com a Tabela 2 em anexo.

Artigo 4.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de março de 1997

MÁRIO COVAS

Yoshida Nakano

Secretário da Fazenda

André Franco Montoro Filho

Secretário de Economia e Planejamento

Robson Munhoz

Secretário-Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicado na Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica, aos 7 de março de 1997.

TABELA 1		SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM REAIS	
ORGANISMO	ITEM/CLASSIFICAÇÃO	FR. GD	VALOR		
14000	SEC. ADM. MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO				
14045	FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO - FUNDAP				
3 4 90 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FÍSICA	1	1.741.667,00		
	TOTAL	1	1.741.667,00		
3 4 90 14	DIÁRIAS CIVIL	4	120.000,00		
3 4 90 27	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	4	180.000,00		
3 4 90 30	MATERIAL DE CONSUMO	4	111.000,00		
3 4 90 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4	80.000,00		
3 4 90 37	LOCAÇÃO DE MÃO DE-OBRA	4	170.000,00		
3 4 90 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	4	750.000,00		
	TOTAL	4	1.451.000,00		
	TOTAL		3.192.667,00		
FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA					
03.007.0043.2044	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO				
	TOTAL	1	1.741.667,00		
03.007.0021.2861	COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	4	190.000,00		
	TOTAL	4	575.000,00		
03.007.0021.2862	MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS	4	515.000,00		
	TOTAL	4	515.000,00		
03.007.0021.2864	INFORMATICA	4	171.000,00		
	TOTAL	4	171.000,00		
	TOTAL		3.192.667,00		

APROVADO

CAMARA MUNICIPAL DE IBIUNA

Em 29 de 04 de 1997

PRESIDENTE

1.º SECRETARIO

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA ESPECIAL

Considerando que no dia 16 de abril passado o Sr. Prefeito encaminhou o Projeto de Lei nº 25/97 que "Altera a estrutura administrativa da Prefeitura, dispõe sobre descentralização administrativa, e dá outras providências";

Considerando que no dia 28 de abril passado o Sr. Prefeito encaminhou o Projeto de Lei nº 28/97 que Autoriza o Chefe do Executivo celebrar Convênio através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, objetivando a execução do Programa Campo/Cidade-Leite";

Considerando que o Projeto de Lei nº 25/97 visa a descentralização administrativa da Prefeitura, ou seja a criação da administração regional do Distrito do Parurú e do Distrito do Verava, e com isso agilizar o atendimento aos munícipes nas regiões pertencentes as administrações regionais a serem criadas;

Considerando que o Projeto de Lei nº 28/97 tem o objetivo de autorizar o Chefe do Executivo a celebrar convênio objetivando a conjugação de esforços entre os partícipes para a execução do Programa Campo/Cidade-Leite para a distribuição gratuita de leite para crianças de 06 meses até 06 anos de idade;

Considerando que atualmente a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo através do Posto de Saúde não vem distribuindo leite para as crianças de nosso município, acarretando inúmeros transtornos e o risco de desnutrição das crianças da faixa etária atendidas pelo programa;

Considerando a necessária e imediata aprovação da proposições acima visto a relevância em sanar o problema da distribuição do leite, e descentralização no atendimento aos moradores dos bairros a serem atingidos pela reforma administrativa.

Diante do exposto requeremos a Mesa nos termos do artigo 131, 132 e seus incisos do Regimento Interno sejam os Projetos de Lei nºs 25/97 e 28/97 de autoria do Chefe do Executivo, colocados em REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, e incluído para discussão e votação única o Projeto de Lei nº 28/97, e para primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 25/97, na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

SALA DAS SESSÕES, VEREADOR RAIMUNDO DE ALMEIDA LIMA, EM 29 DE ABRIL DE 1997.

Paulo Roberto

Periquito

Almeida

Montini

Almeida

Almeida

sant



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

FL 11

PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº 28/97

AUTORIA : CHEFE DO EXECUTIVO

RELATOR : JURACY FLORÊNCIO PINTO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; COMISSÃO DE FINANÇAS E
ORÇAMENTO e COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA
SOCIAL.

Apresentou o Chefe do Executivo Municipal, o Projeto de Lei acima epigrafoado, que " Autoriza o Chefe do Executivo celebrar Convênio através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, objetivando a execução do Programa Campo/Cidade-Leite ".

A Comissão de Justiça e Redação, quanto a sua competência, sobre a legalidade e constitucionalidade, emite parecer pela tramitação regimental do Projeto em questão. Pois legalmente nada impede a apreciação e aprovação por esta Casa de Leis do Projeto de Lei acima colocado.

Em análise a referida propositura, a Comissão de Finanças e Orçamento, também quanto a sua competência, opina pela tramitação regimental da propositura, já que em seu artigo 2º estão indicadas as origens das despesas a serem empregadas na execução da presente lei, que serão oriundas de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Quanto ao aspecto social, a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, opina favoravelmente pela votação e posterior aprovação do Projeto epigrafoado pelo Plenário, tendo em vista que a Lei proporcionará a distribuição gratuita de leite às crianças de 6 (seis) meses até 6 (seis) anos de idade. Observando as regras de prioridades e preferências estabelecidas nos Programas Campo/Cidade-Leite.

Quanto ao mérito, nada a opor.

É o parecer.



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 02

Ao plenário que é soberano em suas decisões.

Sala das Comissões Vereador João Mello em 29 de

abril de 1997

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Juracy Florencio Pinto
JURACY FLORENCIO PINTO
PRESIDENTE - RELATOR

Oswaldo Ribeiro dos Santos
OSWALDO RIBEIRO DOS SANTOS
VICE- PRESIDENTE

Roberto Martinez
ROBERTO MARTINEZ
MEMBRO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:-

Paulo Dias de Moraes
PAULO DIAS DE MORAES
PRESIDENTE

Satio Teramae
SATIO TERAMAE
VICE-PRESIDENTE

Fabio Bello de Oliveira
FABIO BELLO DE OLIVEIRA
MEMBRO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Roque José Pereira
ROQUE JOSÉ PEREIRA
PRESIDENTE

Benedito Vieira Martins
BENEDITO VIEIRA MARTINS
VICE-PRESIDENTE

Luiz Fernando Pereira
LUIZ FERNANDO PEREIRA
MEMBRO

SECRETARIA

SECRETARIO



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 13

Ofício GPC nº 272/97

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 22/97

"Autoriza o Chefe do Executivo celebrar Convênio através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, objetivando a execução do Programa Campo/Cidade-Leite."

JONAS DE CAMPOS, Prefeito Municipal de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

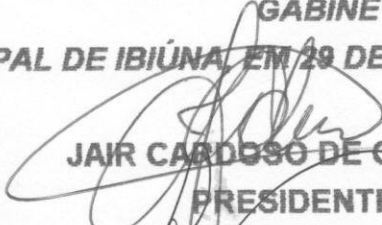
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei;

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento objetivando a conjugação de esforços entre os partícipes, para a execução do Programa Campo/Cidade-Leite, no Município de Ibiúna, mediante a distribuição gratuita de Leite para as crianças de 06 (seis) meses até 06 (seis) anos de idade, com observância das regras de prioridades e preferências estabelecidas nos Programas Campo/Cidade-Leite, nos termos da minuta anexa que passa fazer parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA EM 29 DE ABRIL DE 1997.**


JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE


LUIZA DOMINGUES VIEIRA REVIGLIO

1ª SECRETÁRIA


SATIO TERAMAE

2ª SECRETÁRIO

AO EXMO. SENHOR

DR. JONAS DE CAMPOS

DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTA



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls 14

Ofício GPC nº. 272/97

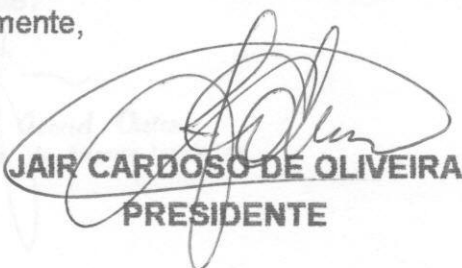
Ibiúna, 29 de abril de 1997.

SENHOR PREFEITO:

Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 22/97**, referente ao Projeto de Lei Nº 28/97 que "autoriza o Chefe do Executivo celebrar Convênio através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, objetivando a execução do Programa Campo/Cidade-Leite ", aprovado na ordem do dia da Sessão Ordinária realizada na presente data nesta Casa de Leis.

Sem mais, subscrevo-me com os protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me sempre a inteiro dispor.

Atenciosamente,


JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

AO EXMO. SENHOR
DR. JONAS DE CAMPOS
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA
N E S T A.



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

15

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 28/97 de autoria do Chefe do Executivo de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 28 passado, e foi lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 29 de abril passado, sendo que recebeu Requerimento de Urgência Especial nos termos regimentais no mesmo expediente.

Certifico mais, colocado em votação nominal na Ordem do Dia da mesma Sessão Ordinária o Requerimento de Urgência Especial foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores, e em virtude da aprovação foi apresentado o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; e Educação, Saúde e Assistência Social e após colocado em discussão e votação na mesma Ordem do Dia o Projeto de Lei nº. 28/97 foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores.

Certifico finalmente que em face da aprovação foi elaborado o Autógrafo de Lei nº. 22/97, encaminhado através do Ofício GPC nº. 272/97 da presente data.

Ibiúna, 29 de abril de 1997.

Amauri Gabriel Vieira
Secretário de Div. de Processo Legislativo